

Fenen não aprova uso do IPC me2

BELO HORIZONTE —

Apesar de aplaudir a decisão tomada pelo governo de liberar os preços das mensalidades escolares e concordar com a criação de uma central de acompanhamento, que funcionaria como um mecanismo de fiscalização para evitar abusos, o presidente da Fenen (Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino), Roberto Dornas, não admite o critério que deverá ser utilizado para “controlar a liberdade”: limitar os aumentos do IPCR (Índice de Preços ao Consumidor). Dornas sugere a adoção de uma fórmula simples: o custo comprovado da escola, mais uma margem de lucro de 10%, no máximo, dividido pelo número de alunos do estabelecimento.

— Sem essa sistemática para definir o valor máximo das mensalidades, não adianta nada a liberação dos preços ou a criação de uma central de controle. Já apresentamos ao Ministério da Educação essa nossa fórmula, que permitiria a cobrança do preço justo, levando-se em conta o perfil das escolas e dos alunos — explicou.

Segundo Dornas, que preside também o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino de Minas, essa sistemática possibilitará a diferenciação da mensalidade, considerando-se a região em que se situa o colégio, o número de alunos, o poder aquisitivo da clientela, equipa-



Roberto Dornas

mentos existentes, tipo de prédio e salários dos professores.

— O importante é acabar com essa história de índice de reajuste, que é sempre injusto para com uma das partes: ou prejudica a escola ou os alunos, o que faz com que o governo esteja sendo sempre crucificado por alguém.

Citando como exemplo a situação das escolas particulares em Minas, Roberto Dornas revelou que 80 dos cerca de 1.200 colégios de 1º e 2º graus do estado não funcionarão este ano. Em Belo Horizonte, onde existiam 250 escolas, 19 fecharam ano passado, entre as estabelecimentos tradicionais, como o Colégio Champagnat e o Instituto Alcinda Fernandes, disse Dornas.

☐ O presidente da Associação dos Pais de Alunos de Recife, Reginaldo Valença, disse considerar “uma loucura” a decisão do governo de liberar as mensalidades escolares, passando a apenas acompanhar os preços. Antes de adotar essa medida o governo, segundo ele, deveria ter consultado as associações de pais de alunos, diretamente envolvidos nessa questão. Valença admite que é preciso reajustar as mensalidades de alguns estabelecimentos, “diante dessa inflação galopante”, mas seria preciso que antes fosse feito um levantamento da qualidade de ensino, “cada dia pior”, dos serviços oferecidos em cada escola. “Os pais são os melhores juízes nesses assuntos”, disse ele.